

GOVERNO MULTA EMPRESAS QUE APLICARAM AUMENTOS EXCESSIVOS OU DOLARIZARAM PREÇOS

CRUZADA CONTRA ABUSOS

O ministro da Justiça, Renan Calheiros, anunciou a punição de 23 empresas por reajustes considerados abusivos ou dolarização de preços. As multas chegam a R\$ 100 mil, no caso do Hotel Le Meridien, em Salvador, na Bahia, que passou a cobrar em dólar e atingem agências de turismo, lojas, uma confecção e até padarias em São Paulo. "Não vamos permitir que a ganância de empresários

prejudique o consumidor", disse o ministro. Calheiros determinou à Secretaria de Direito Econômico (SDE), ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que atuem com a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda para coibir e punir aumentos e fixação de preços em dólar. Nos dias 9 e 10 ele

reúne em Brasília os representantes de todos os Serviços de Proteção ao Consumidor (Procons) do país para definir uma linha conjunta de ação. As denúncias relativas às empresas multadas foram feitas por consumidores aos Procons de São Paulo, Campinas (SP) e Salvador. No caso do Hotel Le Meridien, na capital baiana, clientes receberam carta informando que as diárias de apartamentos simples ou duplos passa-

riam a custar, a partir de 1º de fevereiro, US\$ 72, mais 15% de taxas. "Nada justifica a tentativa de dolarização, que representa a velha e abominável Lei de Gérson", declarou o ministro. Os outros 22 estabelecimentos punidos ficam em São Paulo e Campinas.

Entre eles, estão as agências de turismo Soletur e ATI, multadas em R\$ 25 mil por não explicitar seus preços em reais e cobrar juros inde-

vidamente, nove óticas (multas de R\$ 5 mil), sete lojas (multas de R\$ 5 mil), três padarias e uma confecção (multa de R\$ 5 mil).

Segundo Calheiros, a cobrança de preços em dólar é proibida pelo Código de Defesa do Consumidor e pela Lei 9.069, que criou o real. O ministro deixou claro que os reajustes serão analisados caso a caso, respeitando assim segmentos que têm despesas com itens importados. Pa-

ra os casos de leasing, ele recomendou aos consumidores que nego- ciem com as empresas.

O ministro garantiu que o gover- no não voltará a controlar preços. Mas deixou clara a disposição de impedir abusos: "O governo tem instrumentos para administrar a crise", afirmou, ao pedir aos con- sumidores que denunciem irregu- laridades. "O consumidor é o me- lhor fiscal."